

POR UM “QUASE” HERÓI DA PÁTRIA (?): O ALMIRANTE NEGRO E A REVOLTA DA CHIBATA EM QUESTÃO

FOR A HOMELAND “ALMOST” HERO (?): ALMIRANTE NEGRO AND REVOLTA DA CHIBATA AT ISSUE

Pedro Henrique Rodrigues Torres

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

pedrohrtorres@hotmail.com

RESUMO

A construção do conhecimento histórico acerca da Primeira República no Brasil se depara com numerosas abordagens que, dentre muitos aspectos distintos, confluem quando apontam para a instabilidade político-social das primeiras décadas desse “novo modelo de governo”. Diante disso, nossos esforços traçam três movimentos para este trabalho: o primeiro deles narrando a cena discursiva em que se inserem a cidade do Rio de Janeiro, a Marinha brasileira, a rotina e o perfil dos homens da Marinha; no segundo movimento destacaremos a chamada Revolta da Chibata em seus diferentes momentos, marcada por uma escrita biográfica sobre o Almirante Negro; e o terceiro, mais curto, por seu turno, segue por uma reflexão acerca da atualidade dos debates e disputas sobre a memória e o heroísmo João Candido.

Palavras-chaves: João Candido Felisberto; Revolta da Chibata; herói da pátria.

ABSTRACT

The construction of historical knowledge about the First Republic in Brazil is confronted with numerous approaches that, among many different aspects, converge when they point to the political and social instability of the first decades of this “new model of government”. In the face of this, our efforts trace three motions for this work: the first of them narrating the discursive scene in which the city of Rio de Janeiro, the Brazilian Navy, the routine and the profile of the men of the Navy are inserted; in the second movement we will highlight the so-called Revolta da Chibata in its different moments, marking a biographical writing about the Almirante Negro; and the third, shorter, in turn, follows a reflection on the actuality of the debates and disputes about the memory and the heroism João Candido.

Keywords: João Candido Felisberto; Revolta da Chibata; homelandhero

Artigo recebido em 23 de julho de 2018 e aprovado em 20 de agosto de 2018.

1. Primeiro movimento: A Revolta dos Marinheiros no cenário da cidade

O historiador brasileiro Nicolau Sevcenko destaca das análises do também historiador Eric Hobsbawm que as grandes transformações experimentadas pelos países ocidentais no final do século XIX e início do novo milênio, seguiram de perto o rastro da chamada Revolução científico-tecnológica, inaugurada na Inglaterra. Sevcenko salienta que inicial controle da metalurgia, da produção e conservação de alimentos, investidas nas áreas de farmacologia, medicina e higiene, bem como o “impacto decisivo do controle das moléstias, da natalidade e o prolongamento da vida”, (SEVCENKO, 1998) transformaram o cotidiano das vivências de diversas sociedades pelo mundo.

O Brasil, por outro lado, diante dessas mudanças que inferiam na compreensão de tempo, acúmulo de riquezas, arquitetura, manifestações culturais e de reorientação da vida, manteve, por muito tempo, contradições que espelhavam atraso ou mesmo retrocesso. Uma vez que as grandes metrópoles modernas eram invadidas diariamente por inovações como a iluminação elétrica, o telégrafo, o telefone, veículos automotores e utensílios domésticos de variados tipos, no país dos trópicos, tais elementos da vida dita moderna coexistiram com ruas estreitas e mau cheirosas, com transportes puxados por tração animal e, sem falar, na propagação da tuberculose, devido às condições de moradia, assim como as constantes epidemias de febre amarela, que matavam centenas de pessoas por ano no país.

Recebendo grande destaque mesmo antes da transferência da família real portuguesa para o solo brasileiro, em 1808, a cidade do Rio de Janeiro experimentou no novo século um aumento na taxa populacional, podemos dizer também, por deter aquilo que o historiador André Nunes de Azevedo chamou de *capitalidade*, um fenômeno tipicamente urbano caracterizado pela esfera simbólica originada de uma maior abertura a novas ideias que conferiu à cidade ares cosmopolitas. (AZEVEDO, 2002) Desse modo, abrigando uma população crescente e altamente diversificada, como afirma a professora Dilene Raimundo do Nascimento, a infra-estrutura da cidade não acompanhou o crescimento demográfico, “quer ao nível da provisão de água e esgoto e calçamento de ruas, quer no que concerne ao abastecimento de gêneros alimentícios, meios de transporte ou habitação”. (NASCIMENTO, 2002, p. 19)

Tais discrepâncias favoreceram uma propaganda higienista que encontrou no arquétipo civilizacional europeu e nos resquícios físicos do passado imperial das ruas do Rio, argumentos para uma forte intervenção no âmbito privado da vida dos indivíduos.

No ínterim entre as “referências coloniais”¹ que se buscava esconder, ou apagar, e as investidas para a construção da modernidade pela via do progresso, a capital da República contava pouco menos que um milhão de habitantes, cuja grande maioria eram sujeitos negros, ex-escravizados e seus descendentes, vindos também de levadas migratórias das fazendas de café do Vale do Paraíba, para buscar novas oportunidades na indústria nascente, e, sobretudo, no setor de serviços com atividades na região portuária da capital. (SEVCENKO, 1998 p. 22 e NASCIMENTO, 2002, p. 19)

Tais indivíduos foram identificados no conjunto daquilo que se denominou “classes perigosas”, de acordo com Sidney Chalhoub (1996), circunscrevendo o elemento negro em função da segregação social tributária da escravidão e por ser a maioria dos sujeitos circulando pelas ruas da cidade devido aos trabalhos que desempenhavam, além de se alocarem nos antigos e precários casarões tornados cubículos alugados no centro da cidade, os cortiços.

Imersas no arquétipo europeu de civilização, que compreendia salubridade, higiene e urbanismo, as políticas públicas no Brasil viram, pelo exercício de poder e autoridade do governo Rodrigues Alves (1902-1906), uma ação invasiva com três esferas de atuação, a saber: a reforma do porto, por ser de extrema importância econômico-comercial, fundamental na vida da urbe desde há muito e por ser a vitrine da capital para o estrangeiro; (AZEVEDO, 2002, p. 47) as medidas de saneamento com o médico sanitário Oswaldo Cruz; e a efetiva reordenação da estrutura urbana, empreendida pelo engenheiro urbanista Francisco Pereira Passos, que acompanhou segundo Nicolau Sevcenko, a reforma urbana de Paris pelo barão de Haussman. Essa tripla ação ficou conhecida como “Regeneração” e nas palavras de Antônio Edmilson Rodrigues podemos observar tal dinâmica onde:

¹ Não apenas coloniais especificamente, mas todo passado que a Primeira República buscou superar.

[a República] elimina o livre jogo das forças sociais. Procura conduzir a sociedade para um caminho conservador e, para realizá-lo, necessita de padrões capitalistas, que equivalem a valores modernos, e que não desenvolve[m] idéias de liberdade e participação. (RODRIGUES, 2009)

No ideário de civilização, como vemos na citação do historiador Antônio Edmilson, convergiam valores europeus, segundo os quais os interesses do privado confluíram no espaço público realizando uma mediação entre atividade estética e cultural estabelecidas pela atuação do Estado através da elite política ilustrada. Segundo Sergio Paulo Rouanet, tal fato se ligou a polarização individual/coletivo em que os interesses individuais da burguesia, que buscou impor seu estilo, foram expressos na conveniência pública através de conjuntos urbanísticos coletivos, como praças e teatros, ocorrendo assim a supressão da manifestação da individualidade, pela observância de leis que passaram a reger a utilização do espaço público.

Diante desse panorama, podemos perceber que a forma manifesta da modernidade no Brasil, mais precisamente em sua capital, durante a Primeira República, pode ser caracterizada por um “tempo acelerado”, como afirma Sevcenko, adaptado à realidade dos trópicos, representando um grande investimento no sentido de alcançar o ideal de progresso, inexoravelmente ligado ao processo de modernização² da cidade e dos hábitos de sua população, visto que nas medidas implementadas pela “Regeneração”, sobretudo pela figura de Pereira Passos vemos que:

Pavimentou ruas, construiu calçadas e asfaltou estradas [...] melhorou uma série de outras ruas, demoliu o decrepito mercado municipal que desfigurava o bairro da Glória, e ergueu outro perto das instalações portuárias [...] Pereira Passos atacou também algumas tradições cariocas. Proibiu a venda ambulante de alimentos, o ato de cuspir no chão dos bondes, o comércio de leite em que as vacas eram levadas de porta em porta, a criação de porco dentro dos limites urbanos, a exposição de carnes na porta do açougue, a perambulação de cães vadios, o descuido com as fachadas [...] assim como uma série de outros costumes ‘bárbaros’ e ‘incultos’. (NEEDELL, 1993, p. 57)

Os fatos que criam o cenário das transformações no Rio de Janeiro fizeram com que diferentes análises e perspectivas fossem empenhadas para dar conta da pluralidade de ideias políticas, grupos sociais e manifestações culturais daquele

² Cabe a referência da obra *Tudo que é sólido desmancha no ar* (1986), do cientista político americano Marshall Berman.

momento. Segundo o cientista político José Murilo de Carvalho, a própria experiência inicial da república no Brasil conflitava politicamente entre os modelos norte americano e francês.

Em busca de uma identidade coletiva para o País, de uma base para a construção da nação, foi tarefa que perseguiu a geração intelectual da primeira República (1889 – 1930). Tratava-se, na realidade, de uma busca das bases para a redefinição da República, para o estabelecimento de um governo republicano que não fosse uma caricatura de si mesmo. (CARVALHO, 1998, pp. 101-102)

1.1 A Marinha brasileira e os marinheiros na ordem da chibata

No coração da política de Estado da primeira década do novo século, as eleições deram ao representante das forças armadas, o Marechal Hermes da Fonseca, a vitória presidencial na disputa contra Rui Barbosa e sua campanha civilista. A vitória de Hermes não significou uma intervenção militar, mas se “enquadrou no jogo da política dos Estados”, já que foi um interregno das relações entre São Paulo e Minas Gerais, numa aliança entre o Rio Grande do Sul com os militares, rompendo, provisoriamente, com a “política do café com leite”,³ dinâmica essa instituída pelo governo Campos Sales (1889-1902).

Assim, juntamente com as transformações urbanas e sociais porque passou o Brasil sob a égide do governo republicano, nas Forças Armadas houve também um investimento modernizador que na Marinha Brasileira representou a compra dos maiores navios de guerra de que se tinha falado até então. Esse investimento tecnológico, na voz de Sidney Chalhoub em prefácio à obra *Cidadania, cor e disciplina na revolta dos marinheiros de 1910* do historiador Álvaro Pereira do Nascimento, “aumentou a responsabilidade das tripulações nos navios, acelerando suas rotinas de trabalho, exigindo melhor formação e perícia dos marinheiros no exercício de seus variados ofícios”.

³ Arquivo Nacional (Brasil). *Os presidentes da república: Deodoro da Fonseca a Dilma Rousseff / Arquivo Nacional*. 3ªed. rev.eampl. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2012.

Segundo Álvaro do Nascimento, a compra dos navios de guerra nos estaleiros ingleses de New Castle, através do Projeto de "Reaparelhamento Naval" de 1904, despontou o Brasil na América Latina como país de maior esquadra no quesito marinharia de guerra, além de dar especial sombreado ao país frente às marinhas mundiais. Os encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* eram similares ao inglês *Dreadnought*, considerados as mais poderosas e modernas embarcações em termo de guerra no mundo (NASCIMENTO, 1997). Assim, quando em 1910 o Projeto de Reaparelhamento foi concretizado, acreditou-se numa aproximação brasileira à realidade das nações ditas "avançadas".

Cabe dizer, no entanto, que diante da chegada dos navios no Brasil, em 1910, debaixo de grande aclamação popular, como mostram Edmar Morel e Nascimento, os marinheiros envolvidos com o traslado das embarcações não se mostravam satisfeitos com suas realidades como homens da Marinha, especialmente pelo contato que tiveram com tripulações de outros países durante o período de aprendizado proposto para dar conta dos novos navios, homens com situações bem diferentes daquela encarada pelos brasileiros.

O contingente da Marinha em 1910 era majoritariamente composto por homens negros, e segundo os escritos de Edgard Carone, 30% eram mulatos, 10% caboclos e 10% brancos. (CARONE, 1970). Tais dados também são apontado por Álvaro do Nascimento, mostrando que essa população, em geral, recrutada a força e decorrente de orfanatos e prisões onde diretores de asilos, delegados e juizes atendiam às solicitações do processo de alistamento que, à época, e mesmo desde fins do Império, já enfrentava uma crise de contingente sendo raros os casos de voluntariado ao serviço militar. O oficialato da Marinha, no entanto, era escolhido entre sujeitos brancos "de boas famílias", selecionados por encarregados de oficiais. (NASCIMENTO, 2010).

Em estudo publicado no ano de 2010, na Revista Antítese, a historiadora Sílvia Capanema

de Almeida afirmou ter havido uma parcela preponderante da população de marujos de “cor parda”,⁴ todavia, explica que diante da abolição da escravidão o termo “pardo” antes de ser inscrito como um grau de mestiçagem era, muitas vezes, empregado como uma relativização ou eufemismo para a “cor preta”, o que queria dizer não-branco. Sílvia Capanema demonstra também que a maioria dos recrutados tinham entre 17 e 38 anos, com um núcleo central na faixa etária de 20 anos, em 1908.

A revolta dos marinheiros teve grande repercussão no período em que ocorreu devido a fatores como: a) ter ocorrido em meio a mudança do governo presidencial que elegeu o Marechal Hermes da Fonseca em detrimento de Ruy Barbosa; b) por ter acontecido na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal do Brasil e c) em função de ser um movimento de insurgentes negros contra uma das forças armadas de grande expressão no país.

O manifesto em questão foi um momento de grande tensão no qual um grupo de mais de mil marinheiros, subalternos da Marinha de Guerra, se voltou contra os castigos físicos que sofriam na instituição, também exigindo melhores condições de trabalho e salários mais digno, compatíveis com suas responsabilidades, pois além da forma degradante como muitos dos praças eram recrutados, esses homens eram constantemente humilhados e submetidos a punições tal como a sentença às chibatadas. Como nos diz Marcelo de Oliveira e Gustavo Siqueira no artigo *Revolta da Chibata entre cascatas, estátuas e navios*, o açoite na Armada havia sido abolido no Brasil pelo Decreto nº 3, de 16 de novembro de 1889, muito embora, contraditoriamente, no mesmo ano, tivesse sido estabelecida a pena de 25 chibatadas aos praças que cometessem faltas graves, sendo aplicadas pela Companhia Correccional,⁵

⁴ Tal referência acerca do marinheiro constava em uma ficha de identificação que, em geral, todos os marujos tinham. Ver: ALMEIDA, 2010.

⁵ A Companhia Correccional tinha o objetivo de submeter ao regime disciplinar os praças de má conduta estabelecendo, no artigo 8º, os tipos de punição, a saber: a) faltas leves: prisão e ferro na solitária, a pão e água por três dias; b) faltas leves repetidas: prisão e ferro, a pão e água por seis dias; c) faltas graves: 25 chibatadas.

criada pelo Decreto nº 328 e assinada pelo Marechal Manoel Deodoro da Fonseca. (OLIVEIRA, 2013).

Herdada da Marinha portuguesa, a chibata foi sem dúvidas o costume mais aviltantes das práticas correcionais no Brasil republicano, uma vez que remetia ao passado escravocrata, questão, inclusive, mencionada pelos marinheiros em carta ao presidente recém-eleito:

Nós, marinheiros, *cidadãos brasileiros e republicanos*, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo. Achando-se todos os navios em nosso poder, tendo a seu bordo prisioneiros todos os Oficiais, os quais, tem sido os causadores da Marinha Brasileira não ser grandiosa, porque durante vinte anos de República ainda não foi bastante para tratar-nos como cidadãos fardados em defesa da Pátria [...] ⁶

Os castigos físicos na Marinha vinham atrelados ao pensamento dos oficiais de que essa seria a única forma de “adestrar” os marinheiros. Tal imaginário tributário de uma posição intransigente e preconceituosa anterior, entendia que os praças só compreenderiam ordens através de medidas punitivas. Nesse sentido, a chibata foi inserida em um cenário que dividia a tripulação dos navios entre os homens brancos oficiais, e os praças negros e “pardos”, marginalizados e “indisciplinados”. Ainda sobre a ordem discursiva da chibata, podemos sublinhar das reflexões de Cláudio Barbosa de Sousa a aproximação possível estabelecida pelo cientista social entre as chibatadas e os *suplícios* do século XVIII, mencionado pelo filósofo francês Michel Foucault em *Vigiar e Punir*, onde mais do que uma punição sobre o corpo, o castigo significava um exemplo que inspiraria medo nos espectadores. Nas palavras de Sousa:

[..] o castigo da chibata na Marinha do Brasil era um método de tortura litúrgico, teatralizado, ritualizado, público e recorrente, que acontecia nos conveses dos navios. Tambores rufavam enquanto os marinheiros subalternos e oficiais impecavelmente vestidos, com luvas e espadas embainhadas, tinham que olhar a cena dantesca de carrasco e vítima, amarrada pelos pés e mãos e, normalmente, despida da cintura para cima. Após o toque de silêncio, era lida uma proclamação relativa ao “crime” e ao motivo da punição. (SOUSA, 2012)

⁶ A carta em questão foi endereçada ao presidente Hermes da Fonseca, tendo sido redigida por Francisco Dias Martins (o Mão Negra – um dos dirigentes da revolta no cruzador Bahia), nos primeiros momentos a Revolta, em 22 de novembro de 1910. Grifo meu.

A manutenção e uso da chibata como instrumento coercitivo e punitivo, para solucionar pequenas infrações, corrigir os insubmissos e decidir a rivalidade entre os oficiais e marinheiros, fazia com que os homens “soubessem quais eram seus lugares nos navios”. E diferentemente do que se pensou no momento de eclosão da revolta, em relação a outros movimentos sociais na cidade, a luta contra essa punição teve caráter estritamente interno, fechado, se transfigurando em um embate “dos praças inferiores contra seus superiores, oficiais que lhes mandavam aplicar as penas disciplinares dos castigos físicos”(MOREL, 1986, p. 22)

Na ocasião da revolta, os homens tomaram o controle dos importantes navios de guerra *Minas Gerais*, *São Paulo* e o *scuot Bahia* e apontaram os canhões dessas embarcações para o interior da Baía de Guanabara, causando um enorme alvoroço na cidade e diversos posicionamentos acerca deste evento.

O pânico já estava generalizado. Só num dia correram 12 composições especiais para Petrópolis, levando 3.000 pessoas. A fuga das famílias da Zona Sul para os subúrbios foi feita precipitadamente, ao longo da Avenida Central, enquanto os trens partiram superlotados. (MOREL, 1986, p. 76)

[...] o perigo de tal bombardeio pairou no ar e nas águas, mantendo a população em suspense a cada manobra e a cada tiro dos navios. Em certos momentos, o pânico levou milhares de bravos cidadãos cariocas, sobretudo moradores da orla marítima entre a Praça 15 de Novembro e Botafogo, a fugirem, os pobres para o subúrbio, os ricos para Petrópolis. (CARVALHO, 1988)

O levante seguiu por momentos marcadamente distintos entre os dias 22 e 26 de novembro de 1910: com reivindicações e disparos de canhões que atingiram o bairro do Catete, manobras creditadas como espetaculares na Baía de Guanabara e no mar de Copacabana, diversas concepções do evento no retrato das reportagens e a concessão da anistia “provisória” no dia 25 de mesmo mês. Outro momento seguiu do perdão político até a tentativa de tomada do Batalhão Naval, em 09 de dezembro, acontecimento que foi fortemente reprimido resultando em prisões e deportações de marinheiros para o norte do Brasil e mesmo assassinatos.

Na prisão dos revoltosos, após os acontecimentos de dezembro, 18 homens foram conduzidos até uma cela na Ilha das Cobras, dentre eles João Candido Felisberto. Com a movimentação dos detidos na pequena cela, uma poeira de cal começou a subir, dificultando a respiração dos homens, asfixiando-os, fazendo também com que 16 dos 18 detidos viessem a falecer sem que pudessem ser socorridos, uma vez que a chave da cadeia não estava na prisão (como veremos mais adiante).

Sendo assim, embora os marinheiros tivessem vivido um inicial saldo positivo como pareceu com a anistia do dia 25, o manifesto contra os açoites decorreu em prejuízos irreparáveis, mesmo que em proporções diferentes.

2. Segundo movimento: o sujeito da análise na escrita biográfica

“entrei na Marinha com... com quatorze anos e entrei bisonho. Entrei na Marinha bisonho e toda a luz que me iluminou e me ilumina, graças a Deus, que é pouca, foi adquirida, posso dizer, na Marinha.”⁷

O livro *Revolta da Chibata*, de Edmar Morel, trouxe uma grande documentação que conjugou as matérias de jornais de época, análise bibliográfica, decretos e depoimentos, inclusive o de João Candido. Esse nosso segundo movimento, portanto, sofre grande influência dessa publicação, sobretudo, pela proximidade entre o autor e o “Almirante Negro”, consultado a todo tempo por Morel e participando, ao seu lado, da noite de autógrafos da primeira edição, digamos, “assinando em baixo” das declarações do livro.

João Candido Felisberto entrou na Marinha pela Escola de Aprendizes de Marinheiros, em 1894, aos 14 anos, e, segundo ele mesmo, “bisonho”, sem muita noção de mundo, como dito em entrevista ao Museu da Imagem e do Som; tendo sido “iluminado” através de sua passagem pela instituição. À época da revolta, em novembro de 1910, Candido tinha 30 anos sendo um dos homens mais velhos no Corpo de Marinheiros Nacionais, o que para a historiadora Silvia Capanema P. de Almeida foi um dos motivos pelos quais se tornou líder da revolta. Diz a historiadora:

⁷ Parte da resposta de João Candido aos entrevistadores Helio Silva e Ricardo Castro Albim, para a construção dos depoimentos do acervo permanente do Museu da Imagem e do Som (MIS), em 1968.

Essa experiência na Marinha, sua idade mais madura e sua personalidade plural foram elementos que favoreceram a sua escolha como líder da revolta. João Candido era bem visto por alguns oficiais [...] Ao mesmo tempo, ele tinha proximidade com os grupos de marinheiros, por ter permanecido na Marinha por longos anos, por ter viajado, participado de formações e missões, por ter conhecido punições e promoções. (ALMEIDA. 2010, p. 104)

Em entrevista ao historiador Hélio Silva (1968), Candido afirmou que a revolta já estava programada há algum tempo (há mais de dois anos) e que os homens aguardavam apenas a construção das belonaves na Europa, onde o contato com os marinheiros ingleses, que já não eram mais chicoteados, só fez aumentar ainda mais a indignação dos recrutas brasileiros. Ainda na Inglaterra, teriam tomado conhecimento da revolta do encouraçado *Potemkin*, 1905, onde os homens da marinha russa reclamaram melhores condições de trabalho. Experimentar uma temporada fora do país, fez com que os recrutas brasileiros indagassem suas participações na marinha, uma vez que viviam o dilema de defender a pátria, sem serem tratados como cidadãos, conforme demonstra Patrícia da Silva ao analisar as memórias de João Candido. (SILVA, 2015)

Em relato feito a Edmar Morel, Candido afirmou que a revolta estava prevista para 15 de novembro, mas que um temporal e a dispensa de muitos rapazes teria adiado a insurgência para os dias 24 e 25 de mesmo mês, todavia, sendo deflagrada antecipadamente por decisão unânime do *Comitê Geral da Revolução*⁸ devido ao castigo "inconstitucional" de 250 chibatadas aplicadas no praça Marcelino Rodrigues. Para tal punição, conta-se que o marinheiro mencionado, assim que repreendido por levar bebida alcoólica para dentro da embarcação, teria agredido o cabo que o denunciou desferido um golpe de navalha que cortou seu rosto gravemente.

A esta altura, João Candido diz que não ter havido afobação entre os homens, que assumiram seus postos como em uma rotina de navio em guerra, ficando cada canhão guarnecido por cinco marujos com ordem para matar todo aquele que tentasse impedir o levante. Assumiu para Morel ter estado à frente do *Comitê Geral da Revolução*, sendo chamado pelo jornalista de "chefe supremo da insurreição", também,

⁸ Coletivo que optou pela via da revolta, visto esgotadas as tentativas pacíficas e propositivas dos marinheiros por melhores condições de trabalho na Marinha, incluindo uma audiência de João Candido no gabinete do presidente Nilo Peçanha (1909-1910).

por ter sido o primeiro marinheiro a comandar uma esquadra não usando farda, preferindo seu uniforme rasgado pelo tempo e seu inseparável lenço de seda vermelha amarrado no pescoço. A precisão de manobras com que conduziu o *Minas Gerais* fez com que fosse elevado ao posto de "almirante", pela imprensa do período, (ALMEIDA, 2011) reclamando dignidade e cidadania.

Segundo Álvaro do Nascimento, a revolta mostrou, de certa forma, que aqueles marinheiros representavam não mais um simples levante indisciplinado, mas um evento consciente, com interesses, unidos, especialmente, pelas experiências de vida e de bordo. José Miguel Arias Neto destaca, entretanto, que esta foi uma tomada de consciência limitada, pois adquirida fora do país e fincada na dignidade pessoal ofendida e na busca pela cidadania que a república não havia concedido aos recrutas da Marinha. Uma concepção de cidadania que enunciava igualdade de direitos políticos. (NETO, 2003, pp. 159-85)

A revolta conquistou a simpatia popular, apesar do susto imediato, pois despertava o fascínio dos espectadores diante da evolução das belonaves na baía de Guanabara, além da comoção causada pelo conhecimento da chibata e de outras punições.

Reconhecendo o enorme poderio bélico apontado para a cidade e diante da incapacidade de reaver os navios e deter os manifestantes, o governo federal enviou o Comandante da Marinha José Carlos Carvalho como embaixador de paz aos navios. Entretanto, como destaca Edmar Morel, "o depoimento do parlamentar estarreceu a Nação." O deputado federal narrou além dos mortos e o estado das embarcações, ter encontrado as tripulações muito exaltadas e resolvidas à resistência caso não fossem atendidos em suas reclamações. Disse: "Não sei o que aquela gente vai fazer, mas pelo que pude depreender da exaltação dos ânimos e planos dos chefes, a situação é gravíssima." (MOREL, 1986, p 83.)

A revolta então "terminou" com o compromisso do governo federal de abolir o uso da chibata na Marinha e de conceder anistia aos amotinados, tão logo esses entregassem suas armas. Dessa forma, crimes como insubordinação e revolta não recairiam sobre os homens que, ademais, não responderiam a nenhum processo, o que

fez com no dia 26 o projeto de anistia fosse votado. Álvaro do Nascimento mostra, no entanto, que aos 28 de novembro viria uma mudança brusca no quadro de vitória dos marinheiros com a expulsão de centenas deles da Marinha e com muitos sendo presos em terra e levados pela polícia,(NASCIMENTO, 2010, p 25.) sobretudo, depois da segunda revolta que estourou no Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, na Ilha das Cobras em 09 de dezembro. Sendo esta imediatamente reprimida e seus manifestantes duramente responsabilizados: uns fuzilados, outros presos e ainda muitos enviados para o trabalho na extração de borracha.

João Candido com outros 17 homens, não foram degredados para o norte do país, mas detidos, foram presos em uma cela da Ilha das Cobras, de onde apenas saíram vivos o Almirante Negro e João Avelino Lira, outro marinheiro a quem o primeiro se referia como "Pau da Lira". Acerca da prisão Candido disse a Morel:

A prisão era pequena e as paredes estavam pichadas. A gente sentia um calor de rachar. O ar, abafado. A impressão era de que estávamos sendo cozinhados dentro de um caldeirão. Alguns, corroídos pela sede, bebiam a própria urina. Fazíamos as nossas necessidades num barril que, de tão cheio de detritos, rolou e inundou um canto da prisão. A pretexto de desinfetar o cubículo, jogaram água com bastante cal. Havia um declive e o líquido, no fundo da masmorra, se evaporou, ficando a cal. A princípio ficamos bem quietos para não provocar poeira. Pensamos resistir os seis dias de solitária, com pão e água. Ma o calor, ao cair das 10 horas, era sufocante. Gritamos. [...] Tentamos arrebentar a grade. O esforço foi gigantesco. Nuvens de cal se desprendiam do chão e invadiam os nossos pulmões, sufocando-nos. (MOREL, 1986, p.182)

Após a prisão, João Candido foi levado ao Hospício Nacional de Alienados, sendo detido na ala dos loucos indigentes, onde permaneceu por dois meses, sendo solto somente após a constatação de não haver em si, segundo o diretor do hospital e médico psiquiatra Juliano Moreira,⁹ motivos para sua permanência na instituição.

⁹ O médico baiano Juliano Moreira foi diretor do Hospital Nacional de Alienados no período de 1903 a 1930 e tem fundamental importância no contexto de estruturação e (re)modelação do Hospício na conjuntura da primeira República. O médico baiano é destaque também por ser pioneiro na apreensão do paradigma alemão de psiquiatria encabeçado pela nosologia de Emil Kraepelin.

Falar da participação de João Candido Felisberto na Revolta da Chibata e seu protagonismo no decorrer dos acontecimentos, sua efetiva participação, testemunho, prisão, anistia e as reverberações do evento, abrem um grande leque de possibilidades interpretativas, principalmente pelas contradições que revela no decurso de sua narrativa sobre 1910.

Nesse sentido, consideramos as dificuldades de elaborarmos um ano que seja da história de vida desse personagem, a partir das precauções apontadas pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, avaliando que o foco das dificuldades da escrita biográfica é o estabelecimento de "verdades" acerca de experiências de vida, que não pesam possíveis fatores inconscientes e/ou externos ao sujeito biografado. (BOURDIEU, 1996, pp. 183-192). Sendo assim, o que empreendemos não é a construção de uma verdade, mas, antes, chegar a uma reflexão crível e verossímil da experiência historicizada, narrada e vivida por João Candido, no recorte temporal que contempla da Revolta dos Marinheiros até a prisão e internação de João Candido no Hospício Nacional de Alienados, em 1911.

Destaquemos também que no uso das memórias narradas por João Candido a Edmar Morel (1958) e a Hélio Silva (1968), existem limites demarcados pela linha tênue que separa a história da memória. Logo, apoiados pelas reflexões de Beatriz Sarlo, vemos que a relação de concorrência existente entre tais perspectivas do passado decorre do próprio deslocamento temporal que suscita tais elaborações. Nesse caso *grifando* o passado por uma questão acionada do presente, não por acaso e completamente, mas por ocasião de um sem número de intencionalidades.

Diante dessas questões, podemos dizer que as memórias de João Candido mobilizadas pelos entrevistadores e que nos serviram para criar uma narrativa panorâmica da experiência vivida por esse personagem, atendeu a uma intencionalidade específica de cada caso, trazendo formas a esse passado. Desse modo, entendemos que a reconstrução da memória da Revolta da Chibata foi feita por um processo em que *o* João Candido que viveu o enfrentamento com a Marinha, se encontra com um *outro* João Candido que organiza a experiência vivida a partir das indagações feitas pelas entrevistas que cedeu.

As demandas de uma “nova história política”, tributária do *giro linguístico*, abriram possibilidades para um personagem biografado que amplia o conhecimento do tempo passado pela narração da experiência vivida, o que metodologicamente equilibrado pode apontar as verossimilhanças com real. Uma vez que os critérios da disciplina histórica não se submetem à subjetividade expressa nas memórias, com todo o seu rigor científico, pontuemos que o recurso de usos da memória hoje, é mais bem empregado diante da constatação de que o real é descontínuo e formado por elementos justapostos e únicos (AVELAR, 2010, p. 157-172), sentido que objetivamos, sobretudo no segundo movimento dessa reflexão.

É nessa perspectiva que o conceito de *guinada subjetiva*,¹⁰ proposto pela argentina Beatriz Sarlo, ganha importância para nós, por expressar um deslocamento epistemológico que enxerga o momento de emergência de novos sujeitos e personagens com suas narrativas do tempo passado, no nosso caso as de João Candido Felisberto. A vida do personagem dessa análise, então, serve-nos não apenas para avaliarmos suas experiências, mas para entendermos uma parte da sociedade e da cultura da época em que viveu (SILVA, 2015), convindo destacar que nessa modalidade narrativa de escrita da história, a biografia, optamos por construí-la a partir das relações de poder.

Seguindo as reflexões de Michel Foucault na obra *Que é um autor?* e projetando-as sobre João Candido, cabe a pergunta feita pelo teórico francês a seus interlocutores: “será que nos ficaria o que quer que fosse [da experiência de vida de João Candido] se, a dado momento, não tivesse cruzado como poder e provocado as suas forças?”. (FOUCAULT, 1992.) A questão também pode ser deslocada para pensarmos quantos enunciados (como este) foram construídos em função desse encontro João Candido/Marinha Brasileira/Governo Federal/Hospício Nacional. Dessa forma, assumimos neste caso, e, a partir desse referencial teórico, nossas lentes e ferramentas para o uso desse passado e dessas lembranças.

¹⁰ O conceito de guinada subjetiva foi criado por Beatriz Sarlo e está presente na obra *Tempo Passado: Cultura da memória e guinada subjetiva*.

3. Terceiro movimento: pavimentos para a construção de um herói (?).

Indignado com os acontecimentos da Revolta e morte de oficiais, como o Comandante João Batista das Neves, o Deputado Luís Adolfo creu que o governo teria tratado suas perdas com descaso. Em seguida, o Deputado comentou um caso francês quando em um acidente marítimo o governo desse país teria decretado condolências por terem morrido homens do Estado. Completou dizendo: “O Governo deve animar o culto do dever e do heroísmo; É o sentimento da pátria que deve inspirar a cada um dos cidadãos e não assistir com indiferença com que se fez, o sufrágio dos nossos oficiais.”

Começar este terceiro movimento com as considerações do Deputado Luís Adolfo, nos serve para mostrar dois aspectos relativos à Revolta em seu momento de ocorrência. O primeiro reflete, para além da necessidade de estabelecer semelhanças com a França chamada de culta pelo Deputado, um sentido de patriotismo exclusivista e unilateral: para e pelos “homens ditos de bem”, os “mantenedores da ordem”. O que o deputado almejou foi a individualização dos casos, especialmente, pelos mortos serem de seu círculo afetivo, como destacou Morel; um segundo aspecto, centra-se na perspectiva de que o movimento dos marinheiros foi uma rebelião insurgente que desestabilizou não só o governo de Hermes da Fonseca, mas as prospecções para uma ordem republicana longeva, ainda que em crise desde seu início.

A questão que se faz imperiosa, motivo pelo qual citamos o deputado Luís Adolfo, é também, e no fundo, a mesma que comove os homens da Marinha, a saber: o sentimento de pertencimento e, com isso, a possibilidade de exercer cidadania e liberdade, esta última numa relação direta e de ruptura com a chibata e seu teor escravocrata. O que pode ser visto pelo dito dos marinheiros à época:

Pedimos a V. Excia. Abolir o castigo da chibata e os demais bárbaros castigos pelo direito da nossa liberdade, a fim de que a Marinha Brasileira seja uma Armada de cidadãos e não uma fazenda de escravos que só têm dos seus senhores o direito de serem chicoteados. (MOREL, 1986, p. 90)

A revolta deu evidencia a um grupo de homens pobres e negros, em sua maioria, filhos de ex-escravos que viram o Brasil mudar de sistema político, mas não no cumprimento e ampliação de direitos civis. Esse grupo de *infames* organizou reuniões

conspiratórias e deliberativas que surpreenderam o país. E, nesse sentido, na memória desse evento guarda-se o estigma do retrocesso e da continuidade rompida pelo pedido de liberdade demarcado pela participação desse grupo de homens, que, desde sua chegada na Marinha, foram menosprezados. De acordo com Patrícia Silva, percebemos que “a Revolta da Chibata foi um movimento de construção de identidades e de cidadania através da busca por igualdade política”.

Na atualidade, existe um grande interesse pela recuperação da figura de João Candido por meio dos movimentos sociais, através de um intenso fluxo memorialista que enxerga no contorno construído, o Almirante Negro, uma frente de luta social. Com efeito, a historiadora Silvia Capanema destaca que entre 1990 e 2000, surgiram diversos discursos motivados por esse personagem da revolta. Candido passou a ser tema de músicas, filmes, peças teatrais e segue recebendo homenagens em espaços físicos e públicos, como escolas, ruas e monumentos.

Nas comemorações dos 120 anos de vigor da lei áurea no Brasil, em 13 de maio de 2008, foi aprovada na câmara dos deputados a lei que concede anistia aos marinheiros,¹¹ outrora “insubmissos e rebeldes” envolvidos na revolta de 1910. O decreto assinado pelo então presidente da república Luis Inácio Lula da Silva, destaca o personagem que ficou conhecido como líder dos amotinados, João Candido Felisberto, e busca, em certa medida, reparar não apenas a anistia fajuta concedida aos marinheiros no acordo para o fim da Revolta, mas também procura estabelecer no campo simbólico um marco na luta contra a discriminação racial no Brasil,¹² encarando assim que a insurgência pelo fim da chibata na Marinharia teve caráter de ruptura e promoção de um espaço político e civil igualitários.

Dessa forma vemos que, para o poder público, retomar a imagem de João Candido e da revolta em si, atinge duas questões presentes, a culpabilização pelo autoritarismo militar, e, em outro plano, acerta em cheio as demandas trazidas pelos

¹¹ O texto da senadora Marina Silva, tramitava em Brasília desde 2002 e teve o apoio do também senador Paulo Pain e do Ministro da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial Edson Santos.

¹² http://www.seppir.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2008/07/sancao_joao_candido, Acessado em 07/05/2015.

movimentos sociais negros, como mostra Silvia Capanema. De mesmo modo, intentou-se elevar o Almirante Negro ao *status* de herói da pátria pelo projeto Lei 5974/2005, de Elimar Máximo Damasceno (PRONA/SP).

O livro de Heróis da Pátria, que fica no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, foi criado em 2007 pelo Decreto 11.597 (Projeto Lei nº 6.345/2005, de autoria do senador Marco Maciel – DEM/PE) e tem sido mantido para homenagear indivíduos cuja abnegação e coragem, os fez sobressair de seus ofícios em favor do país (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010). O intuito de elencar heróis para a pátria, segundo o material produzido pela Câmara dos Deputados, é trazer, a partir de elementos identitários, o sentimento de pertencimento que constrói a Nação.

Atualmente, transitam no Congresso Nacional 30 indicações de nomes para integrar o Panteão de Heróis da Pátria, onde já aparecem indivíduos como D. Pedro I, Zumbi dos Palmares, Marechal Deodoro da Fonseca e Duque de Caxias, reconhecidos nacionalmente, por suas historicidades. Entretanto, se torna preciso observar que diante dos nomes recém sugeridos para serem escritos no livro de aço dos heróis, existem motivações avessas às aprovações afirmando que se deu uma perda de significado e banalização do “honroso adjetivo de Herói da Pátria”. Asseveram:

Isso se deve em grande parte, no nosso entender, à falta de definição de critérios mais precisos, apesar da Lei nº 11.597, de 2007, que “dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria”. Falta uma maior discussão com os diferentes segmentos da sociedade sobre quem deve ocupar lugar de destaque no panteão nacional. No nosso entendimento, em razão dos inúmeros projetos de lei apresentados que sugerem a inscrição de nomes para figurar no Livro dos Heróis da Pátria, banalizou-se a concessão desse título, e a sociedade brasileira passa ao largo dessa discussão, ficando sua análise restrita ao debate parlamentar. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2010, p14)

No caso de João Candido, entretanto, se nos parece que as possibilidades de erigi-lo como herói da nação, tropeçam em seu enfrentamento insubordinado à Marinha de Guerra, em 1910, e também por Candido não guardar a imagem do marinheiro a quem a Instituição e determinados grupos conservadores da sociedade brasileira, queiram fazer menção. Sem pele clara, uniforme novo ou insígnias vitoriosas, porém negro retinto, trajado com roupas surradas e velhas, além de ser visto constantemente

com um par de calçados diferentes, o Almirante Negro se parece mais com um “herói da ralé” (PASSOS, 2008.), inadequado aos padrões estéticos de um herói das civilizações modernas, talvez o motivo pelo qual se constrói tamanha disputa por sua memória.

A Revolta da Chibata se desdobrou em um sem número de problemas interpretativos com versões oficiais (produzidas pela Marinha Brasileira) e extra-oficiais que chegam aos nossos dias por meio de um grande fluxo memorialístico, no sentido positivo do evento, e contestador dessa memória produzida, como quando em 2010, no centenário da Revolta, o então presidente Lula celebrou o lançamento do petroleiro *João Candido*, em Pernambuco, sem nenhum representante da Marinha sequer.¹³ O que evidencia a manutenção do imaginário de insurreição acerca de Candido, podendo ainda ser motivo pelo qual o Projeto Lei 5470/2005, que faria de João Candido herói, está arquivado.

Não obstante, contrariando as expectativas do poder que lhe subjugou, a trajetória do Almirante Negro possibilitou-nos uma reconstrução de sua vivência, que hoje também é mantida em homenagens públicas e trabalhos acadêmicos. Sendo assim, a infâmia que deveria submergir João Candido nas águas da Guanabara, foi exatamente aquilo que o aproximou de nosso tempo, destacando-o, eternizando-o, como alvo de grandes disputas de poder e dinâmicas memorialísticas.

Referências bibliográficas:

ALMEIDA, Silvia Capanema P. de. Do Marinheiro João Candido ao Almirante Negro: Conflitos memoriais na construção do herói de uma revolta centenária. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 31, nº 61. pp 61 – 84, 2011.

_____. Vida de marinheiro no Brasil republicano: identidades, corpos e lideranças da revolta de 1910. *Revista Antítese*, vol.3, n. esp. P. 90-114, dez. 2010.

AVELAR, Alexandre de Sá. *A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões*. *Revista Dimensões – UFES Programa de Pós-Graduação em História*, vol. 24, 2010, p. 157-172.

¹³ DIÁRIO DO PRÉ-SAL 08/05/2010.

AZEVEDO, André Nunes de. A Capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: *Rio de Janeiro Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento cultural/ NAPE/ DEPEXT/SR3/UERJ, 2002.

BOURDIEU, Pierre. "A ilusão biográfica". In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs), *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183-192.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *A construção da memória nacional: os heróis no panteão*. Série Cadernos do Museu nº 10. Brasília: Edições Câmara, 2010.

CARONE, Edgard. Governo Hermes da Fonseca. In: *A República Velha II: Evolução Política*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 2º ed., 1974.

_____. As forças armadas. In *A República Velha: Instituições e Classes Sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARVALHO, José Murilo de. *Ponto e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1988.

_____. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. Sobre as origens da República. In: *Da monarquia a República*, 9ª ed., São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor*. Lisboa: Vega, 1992.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata: subsídios para a história da sublevação na Esquadra pelo marinheiro João Cândido em 1910*. 5ª edição comemorativa do centenário da Revolta da Chibata, organizada por Marco Morel. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

_____. *Marinheiros em revolta: recrutamento e disciplina na Marinha de Guerra (1880-1910)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A Revolta da Chibata e seu centenário. *Revista Perseu*. Nº 5, Ano 4, 2010.

NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. *Fundação Atauilho de Paiva: (Liga brasileira contra a tuberculose): Um século de luta*. Rio de Janeiro: Quadratim, 2002.

NEEDEL, Jeffrey D. As Reformas Urbanas do Rio. In: *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do Século*. Tradução Celso Nogueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETO, José Miguel Arias. *João Candido 1910-1968: arqueologia de um depoimento sobre a Revolta dos Marinheiros*. Revista História Oral, 6, 2003, p. 159-85.

OLIVEIRA, Marcelo Andrade Cattoni de. & Siqueira, Gustavo Silveira. *A Revolta da Chibata entre cascatas, estátuas e navios*. Revista Insight inteligência. abril-maio-junho, 2013.

PASSOS, Eridan Maria Veloso de. *João Candido: o herói da ralé*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

RODRIGUES, Antônio Edmilson Martins. História da Urbanização no Rio de Janeiro. A cidade capital do século XX no Brasil. In: CARNEIRO, Sandra de Sá & SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. *Cidades, olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ROUANET, Sérgio Paulo. A cidade iluminista. In: *Memória, cidade e cultura*. SHIAVO, Cléia & ZETTEL, Jayme. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAMET, Henrique. *A Revolta do Batalhão Naval*. Rio de Janeiro: Garamond /Faperj, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução – O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando A. & SEVCENKO, Nicolau. (orgs). *HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL (Vol. 3) - República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 35-94

SILVA, Patrícia Coutinho Rangel da. "*O Dragão do mar*": uma reflexão sobre memória, biografia e autobiografia de João Candido Felisberto. Dissertação (Mestrado em História Política)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SOUSA, Cláudio Barbosa de. *Marinheiros em luta: A Revolta da Chibata e suas representações*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012.

* * *

Pedro Henrique Rodrigues Torres: Professor de História da Escola Básica, Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História Política (PPGH-UERJ) e Pesquisador associado do Laboratório de Estudos das Diferenças e Desigualdades Sociais (LEDES).

Como citar este artigo (*How to cite this article*):

TORRES, Pedro Henrique Rodrigues. Por um “quase” herói da pátria (?): o almirante negro e a Revolta da Chibata em questão. In REVISTA TRANSVERSOS. “*Dossiê: Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas - 10 anos da Lei 11.645/08*”. Rio de Janeiro, nº. 13, MAI-AGO, 2018, pp. 123-144. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: DOI:10.12957/transversos.2018.36201.

